

Identidades em trânsito: o caso dos africanos livres na primeira colônia britânica da África Ocidental

Identities in transit: the case of liberated africans in the first British colony in West Africa

Érika Melek Delgado¹

RESUMO: O artigo procura levantar as problemáticas referentes à identidade do grupo denominado Africanos livres no período de 1808-1864, data da chegada do última leva de recapturados, na colônia britânica de Serra Leoa. Procuramos destacar as principais questões que atravessam a identidade tão peculiar desses sujeitos nesse novo território. Entre as razões verificadas para caracterizá-las como “identidades em trânsito”, observamos o duplo processo de aculturação que esse grupo enfrenta, tanto pela via da “africanização”, quanto da “creolização” e, por fim, os desdobramentos disso no que a historiografia vem chamando de “morte social” e “alienação natal” desses ex-escravos.

ABSTRACT: This article aims to raise issues concerning the identity of the group nominated Liberated Africans in the period of 1808 to 1864, date of the arrival of the last group of recaptured in the British colony of Sierra Leone. We seek to highlight the main issues that cross the peculiar identity of these individuals in this new territory. Among the examined reasons to characterize it as “identities in transit”, it is observed the double process of acculturation that this group faces, the “Africanization”, and the “creolization” and finally, the consequences of that in which the historiography calls “social death” and “natal alienation” of these former slaves.

PALAVRAS-CHAVE: Africanos Livres, Identidade, Serra Leoa

KEYWORDS: Liberated Africans, Identity, Sierra Leone

I. INTRODUÇÃO

Em 1822, quando ele chegou, o seu status passava por uma transição, deixando de ser “Negro Capturado” para se tornar “Africano Livre”. De acordo

¹ Doutoranda na University of Worcester - Institute of Humanities & Creative Arts
UW Studentship. E-mail: e.delgado@worc.ac.uk

com Christopher Fyfe, foi necessário encontrar “um estilo mais apropriado em um país onde a palavra ‘Negro’ era um insulto”² (FYFE, 1962, p. 138). O país era Serra Leoa, colônia britânica na costa da África Ocidental, e o status, que foi modificado para Africano Livre, não o fazia deixar de ser apenas um dos quinze mil imigrantes forçados que chegaram para povoar esse território entre os anos de 1808 até os primeiros da década de 1820.

O nome que tinha quando chegou a Serra Leoa, de acordo com ele, era Ajayi, entretanto tais exatas informações sobre sua “identidade” não puderam ser encontradas nos Registros de Africanos Livres. Os Registros eram listas que foram preenchidas quando o navio finalmente era julgado e os embarcados tinham seu nome, sexo, altura, descrição física e algumas informações sobre o seu destino anotadas. Quando foi levado para a escola missionária, foi batizado e passou a se identificar como Samuel Crowther. Portanto, a percepção de identidade que Ajayi tinha sobre si próprio não era exatamente a mesma que a administração inglesa tinha sobre ele.

2. A COLÔNIA BRITÂNICA E SUA POPULAÇÃO DE RECAPTURADOS

O ano de 1808 foi marcado pela entrada de um novo tipo social na lógica da escravidão transatlântica, o africano livre. A partir de 1807, ano em que a Grã-Bretanha promulga o Ato de Abolição, o comércio transatlântico, apesar de não sofrer baixas, foi remodelado. Embora o ato propusesse a abolição do comércio de escravos no Império Britânico, ele não acabou definitivamente com a escravidão nesses territórios. Serra Leoa, colônia criada com base em dois empreendimentos anteriores que ficaram conhecidos pelo seu fracasso, vivia em 1808 uma queda no número de sua população.

O território que a partir de 1822 não usaria mais a expressão “Negro Capturado” em referência aos recapturados pela marinha britânica, tentava desenhar uma nova política para essa população que chegava em grandes quantidades todos os anos. Apesar de o ato de abolição de 1807 regular o processo de captura dos navios negreiros e, de maneira geral, as atitudes posteriores que deveriam ser tomadas após a chegada dos recapturados, essas ações não corresponderam diretamente à realidade de Serra Leoa. De acordo com o ato, todo e qualquer recapturado deveria ser alistado nas forças armadas ou incluído no sistema de *apprenticeship* na colônia. O que muitos historiadores apontam, como Fyfe, Silke Strickto-dt, Daniel Stephen, para citar alguns, é a mudança frequente da política administrativa na colônia. Cada novo governador proporia novas regras,

2 Todas as citações presentes neste artigo extraídas de livros, artigos e documentos em língua estrangeira foram traduções livres realizadas pela autora do texto.

desta maneira também o sistema de *disposaf*, como foi chamado pela administração, também era conflitante.

Embora os africanos livres não tenham sido o primeiro grupo de imigrantes que a colônia de Serra Leoa recebeu, para Daniel Stephen (1963), claramente, a decisão de “abrigá-los” foi tomada da noite para o dia. Stephen argumenta que até aquele momento a colônia tinha recebido outros três grupos de colonos, em momentos distintos, e que havia sido desenvolvida uma política de assentamento para cada um deles, que, por outro lado, para o novo grupo, isso não foi definitivamente feito.

A colônia britânica, que nesse momento era gerenciada pela Coroa, já tinha experimentado o status de uma “colônia privada”, momento em que, em 1787, era criada a *Province of Freedom*, resultado de discursos abolicionistas do final do século XVIII e pensada pela Black Poor Society, patrocinada especialmente por Granville Sharp, um dos fundadores da sociedade. Tendo sido enviados, no total, 411 passageiros, a grande maioria era formada por escravos libertos que haviam lutado a favor da Grã-Bretanha na guerra de independência dos Estados Unidos e estavam desalojados na Inglaterra. Este grupo formava o que seus contemporâneos chamaram de “pretos podres”, compondo um número alto pelas ruas de Londres. O primeiro grupo de colonos sofreu ao chegar à estação das chuvas. De acordo com a bibliografia, uma grande parte morreu de doenças relacionadas ao clima que encontraram. Outro grande problema encontrado foi a não aceitação do governo local com a adaptação da colônia. Localizada em território Temne, apenas um dos soberanos tinha aceitado o tratado proposto, levando a constantes conflitos. Após terem a cidade de Granville Town incendiada por King Jimmy no final de 1789⁴, o empreendimento foi considerado, definitivamente, um grande fracasso.

Entretanto, a St. George’s Bay Company, fundada em Londres por um grupo de filantropos, converteu-se em Sierra Leone Company, no ano de 1791, comandada por Granville Sharp, William Wilberforce e Thomas Clarkson. A companhia foi fundada para tomar conta das terras que foram tratadas com o soberano Naimbana, ainda em território Temne. A segunda tentativa de colonização do território teve características mais econômicas e, de acordo com Christoph Fyfe, levava um objetivo duplo. O primeiro era a administração de uma cidade, a antiga Granville Town, que seria renomeada Nova Scotians de Freetown, como também a implantação

3 Palavra que neste contexto, de acordo com Suzanne Schwarz, carrega um sentido pejorativo.

Para mais informações ver: Schwarz, “Extending the African names database: New evidence from Sierra Leone”, 2010 e “Reconstructing the lives histories of Liberated Africans: Sierra Leone in the Early Nineteenth century”, 2012.

4 Para uma descrição mais minuciosa dos acontecimentos ver: Wright, “Granville Town”, 1959. Fyfe, *A History of Sierra Leone*, 1962. Peterson, *Province of Freedom: A History of Sierra Leone 1787-1870*, 1969.

de uma companhia para a comercialização de matéria-prima. De acordo com Suzanne Schwarz (2010, p. 252), no final do século XVIII, Serra Leoa “exibiu o confronto agudo de atitudes abolicionistas e antiabolicionistas, características do debate metropolitano”. O crescente movimento abolicionista ainda encontrava relutância nos maiores centros do comércio escravo da Grã-Bretanha: Bristol e Liverpool. No entanto, o argumento religioso e o imperativo econômico, conectados às necessidades de mais matéria-prima⁵ para as fábricas que começavam a abrir em território britânico, fizeram com que o movimento abolicionista tivesse sua voz reforçada.

Com uma identidade marcada entre o humanitarismo⁶ e o capitalismo, o novo empreendimento nasce em 1792, levando em março do mesmo ano um grupo de 1131 *nova scotians* para se juntar aos 100 europeus e aos sobreviventes da antiga colônia. Como os primeiros colonos, os *nova scotians* também tinham lutado em favor da Inglaterra na guerra de independência estadunidense. Esse numeroso grupo de escravos libertos foi enviado primeiramente para Nova Scotia, província britânica ao norte dos Estados Unidos, porém, pela dificuldade de adaptação ao clima e pela falta de suporte, que tinha sido prometido pelo governo britânico, após vários anos de descontentamento e reivindicações, os ex-escravos e seus descendentes foram enviados para Serra Leoa.

No início do século XIX, um terceiro grupo de colonos chega à colônia. Em um total de 550, os *maroons* vieram da Jamaica para se somar à população de Serra Leoa. Os *maroons* eram um grupo de ex-escravos que tinham fugido das plantações e formado um poderoso quilombo nas montanhas jamaicanas. Apesar do descontentamento com a sociedade que se formava, o governo britânico não conseguiu combatê-los. De acordo com Fyfe, eram em sua maioria Ashanti e formaram seu próprio estado nas montanhas jamaicanas. Após sucessivos esforços para combatê-los, a administração da colônia e o líder do grupo fizeram um acordo e eles foram enviados para Nova Scotia. Ao passar pelos menos problemas que os antigos moradores, reivindicaram melhores condições e foram enviados para Serra Leoa. A administração da colônia africana apenas aceitou o novo grupo em troca de financiamento para a construção de um forte em Freetown.

A situação na colônia no início do século XIX não era positiva. Além de a companhia não receber o retorno imaginado com as plantações,

5 Sobre a discussão de troca do comércio escravo para o comércio “legal”, ver: Korieh, “The Nineteenth Century Commercial Transition in West Africa: The Case of the Biafra Hinterland”, 2000. Keene, “A Case study of the Construction of International Hierarchy: British Treaty-Making against the Slave Trade in the Early Nineteenth Century”, 2007. Gallagher e Robinson, “The Imperialism of Free Trade”, 1953. Green, “The West Indies and British West African Policy in the Nineteenth Century – A corrective Comment”, 1974. Ehrensaft, “The Political Economy of Informal Empire in Pre-Colonial Nigeria, 1807-1884”, 1972.

6 Ver Curtin, “The Age of Humanitarianism”, *The Image of Africa*, 1973.

derivado da mão de obra livre dos colonos e de produtos para o comércio com a Grã-Bretanha, os assentamentos foram mais uma vez negligenciados pela administração. Os *nova scotians* estavam insatisfeitos com as condições oferecidas, e uma das maiores reivindicações era a falta de representação de seus desejos pela companhia, como também a necessidade de pagar o *quirent*, uma taxa igual a um *shilling* por um hectare durante os dois primeiros anos de ocupação, passando para um valor variável com base na produção anual bruta. A necessidade de pagamento de um aluguel ia contra as promessas iniciais que afirmavam que seriam cedidos a cada colono 20 hectares por cada homem adulto, 10 hectares para sua esposa e 5 por cada filho; porém, ao final, cada família recebeu apenas 10 hectares, somada a necessidade de pagamento do *quirent*, tornando isso uma das maiores controvérsias em torno deste grupo.

Com a insatisfação geral, os *nova scotians* se sublevaram contra o governo local. Representando o descontentamento quase geral, os líderes Issac Anderson, James Robertson, Nathaniel Wansey e Ansel Zizer atacaram a administração da Companhia e informaram que deteriam eles próprios o poder. Com a chegada dos *maroons*, o governo estabeleceu uma aliança com eles contra os revoltosos. Os soldados da colônia juntamente com os *maroons* conseguiram facilmente derrotar os rebeldes. Após a revolta, nenhum dos grupos de colonos pôde eleger nenhum tipo de representação, e a administração retomou o controle, porém tais atitudes não impediram que o empreendimento fosse considerado mais um fracasso.

Após treze anos da Companhia em território africano, a Coroa britânica toma a frente da administração, tornando Serra Leoa definitivamente uma colônia britânica, ligada ao Império. Serra Leoa, que até esse momento tinha recebido três distintos grupos de imigrantes, passava, a partir de 1808, a receber contínuas levas de imigrantes forçados. Os “Negros Capturados” formariam a base da colônia britânica. De acordo com Fyfe, com uma população que minguava a cada ano, a chegada constante de escravos recapturados para serem libertos na colônia foi extremamente importante para a ampliação e a manutenção da colônia.

Maria Paul foi o navio que inicia o registro de africanos livres. Capturado e levado para Serra Leoa no mês de novembro de 1808⁷, a embarcação trouxe consigo 60 escravos, que seriam os primeiros “negros capturados” a fazer parte da já heterogênea população da nova colônia britânica. Os recapturados eram levados para o porto de Freetown e lá esperavam que a embarcação interceptada fosse adjudicada pela Vice-

7 Este navio não foi o primeiro capturado pela marinha real britânica, mas foi o que iniciou o Liberated African Register. De acordo com Suzanne Schwarz, “o processo de manutenção de registros foi bastante aleatório nas fases iniciais da política de supressão”. Ver Schwarz, “Reconstructing the Life Histories of Liberated Africans” p. 193.

-Admiralty Court. O poder para o julgamento dos navios ficou nas mãos da Vice-Admiralty Court até o final do ano de 1819, quando a Corte de Comissão Mista foi implantada. Também instaladas em portos espanhóis, holandeses, portugueses e, futuramente, brasileiros, essas comissões eram formadas por dois comissários de cada governo, sempre um britânico e um referente ao navio apreendido.

Para Robert Burroughs, em muitos momentos, a recaptura e o tratamento recebido pelos escravos eram tão dolorosos quanto a viagem transatlântica. Ao enfatizar as condições vividas pelos escravos em todo o processo desde sua captura, espera nos armazéns, como os slaves castels, e início da viagem, o historiador discute que o processo de recaptura não era, em muitos momentos, menos cruel. David Northrup (1978, p. 47), em seu estudo sobre a mortalidade na supressão do tráfico de escravos, identifica que houve “perdas surpreendentemente altas entre a captura e o julgamento”. Burroughs propõe que ironicamente o batalhão anticomércio de escravos, formado pela marinha britânica, tornava a situação dos escravizados ainda pior, ao priorizar a captura do navio, não o bem-estar dos tripulantes. Condições climáticas, falta de infraestrutura e principalmente a violência constante, que Burroughs relaciona à necessidade de se manter a ordem no navio, foram umas das principais razões para o aumento no número de mortos. O processo de julgamento do navio, tanto pela Vice-Court of Admiralty quanto pela Corte da Comissão Mista, também foi um dos componentes que aumentaram o risco de morte dos recapturados.

Mesmo depois de terem chegado ao seu destino, os escravos continuavam a morrer a bordo de navios capturados, enquanto as autoridades em terra julgavam a legalidade da captura do navio. Na maioria dos casos, a adjudicação levava menos de uma semana, mas em períodos de maior movimento ou em casos legalmente contenciosos, escravos foram deixados em suspenso durante semanas a fio. (BURROUGHS, 2010, p. 102)

Ainda de acordo com David Northrup, a porcentagem de perdas de vidas na região da Baía do Biafra, principalmente no trajeto para Freetown, era mais alto, relativamente proporcional, do que as viagens para o Rio de Janeiro. O autor aponta circunstâncias gerais como a dificuldade de navegação, especialmente no Golfo da Guiné, mais a distância até Serra Leoa, como fatores essenciais. A esses elementos ele acrescenta uma informação que também foi ratificada por outros historiadores, o alto número de crianças a bordo dos navios no século XIX. De acordo com Eltis e Engerman (1993), a porcentagem de crianças embarcadas para o comércio transatlântico de escravos na Baía do Biafra entre 1810 a 1867 foi de 35,9%. Burroughs soma a isto outro problema, que, de acordo com ele, se intensificou com o início da vigília da marinha britânica em partes da

costa da África Ocidental, a superlotação dos navios. Portanto, “As crianças podem simplesmente ter morrido mais facilmente ou pode ter havido algum efeito mais complexo de contágio, o que também ampliou a mortalidade de adultos” (NORTHURP, 1978, p. 62).

3. A NOVA COLÔNIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Apesar de os africanos livres formarem um novo grupo de imigrantes para a colônia, seu processo de chegada e também de adaptação foi bastante diferente dos três outros grupos. Daniel Sthepen argumenta que, apesar de os primeiros colonos terem chegado a Serra Leoa em períodos diferentes, eles tinham características similares que os ajudaram no processo de adaptação. Para ele, o fato de todos terem um passado em comum com a escravidão na América e a descendência africana, que trouxe uma ideia de pertencimento ao continente africano e com isso a criação de uma identidade africana, fez com que, “consequentemente, em costumes e tradições, os grupos de colonos tivessem muitas práticas semelhantes” (STEPHEN, 1963, p. IX).

Outro fator de relevância foi a associação com europeus anteriormente. O conhecimento não apenas do inglês, língua que se tornou o único vínculo entre tantos desconhecidos, mas também da divisão social e especialmente do sistema de leis britânico, trouxe aos primeiros três grupos de colonos uma inserção na administração da colônia, como também ferramentas para a busca do que lhes fora prometido. Aqueles que ainda dominavam a escrita conseguiam se destacar entre todos os outros. Cabe ainda lembrar que tanto os primeiros colonos de Province of Freedom quanto os *nova scotians* e os *maroons* decidiram migrar para Serra Leoa. Ainda que possivelmente não tivessem muitas outras opções, a ida para a costa da África Ocidental foi feita com conhecimento de cada um.

Os africanos livres, por outro lado, não tinham conhecimento algum sobre seu destino. Após a captura do navio negreiro pela marinha real inglesa, eles eram enviados para o porto de Freetown. Sua imigração para a colônia, além de forçada, os obrigava ainda a lidar com uma questão bastante peculiar: a de “ser livre na África”. Tanto a noção de liberdade, que não era a mesma experienciada anteriormente, quanto a consciência da ideia de que Serra Leoa era parte de sua própria identidade trouxeram a este novo grupo, nada homogêneo, constantes problemas de adaptação. Questões estas que a administração colonial não tinha o mínimo empenho em solucionar.

Desta forma, é perceptível compreender que por detrás da construção da nova colônia inglesa na África Ocidental passa-se verticalmente à questão da construção de uma identidade. Não apenas a dos colonos vindos da América, de diferentes backgrounds, mas também dos recaptu-

rados de diferentes partes do continente, que precisavam, antes de mais nada, entenderem como africanos. Questionamentos sobre identidade são muito importantes para entender a história de Serra Leoa: “Serra Leoa foi um dos primeiros lugares na África tropical onde pessoas se identificaram como ‘africanos’, mesmo que apenas o mais educado e viajado tenha feito disso uma questão, claro” (NORTHRUP, 2006, p. 8,9). Como já foi dito, a colônia foi construída basicamente pelas mãos de imigrantes, imigrantes tais que tinham uma identidade construída e mutável. Patrick Griffins, em seu trabalho sobre os imigrantes, mas neste caso irlandeses em colônias na América do Norte, enfatiza a mutabilidade da identidade coletiva no processo de migração. Ao explicar que identidade grupal é caracterizada por alguma fonte de equilíbrio, estabilidade e coerência, ressalta: “Para os imigrantes da Irlanda, a identidade, como foi utilizada, mostrou-se efêmera, desaparecendo e reaparecendo em uma roupagem diferente, e mudando em resposta às condições que encontraram e tradições que empregaram” (GRIFFIN, 2001, p. 6).

David Northrup, em seu artigo *Becoming African*, discute a formação de identidade entre os africanos livres e assinala como as identidades construídas pela colônia – colonos *granville sharp*, *nova scotians*, *maroons* e *africanos livres* – foram “produtos de determinadas forças históricas em vez de resultados de destinos culturais” (NORTHRUP, 2006, p. 17). É importante perceber que, em Serra Leoa, como Griffins pontua, as identidades dos colonos e, particularmente, dos africanos livres eram efêmeras e condicionadas pelo ambiente. Por exemplo, em muitos momentos, eles poderiam ser identificados pela administração colonial ou pelos outros colonos como africanos livres, ou em outros, através de generalizações que codificavam a ideia de uma nação, como *Akoon*.

Além disso, é também importante ressaltar que o trauma de ser capturado e alienado de sua comunidade não foi uma experiência apenas vivida pelos primeiros grupos de colonos que carregavam a ferida da escravidão na América. Os africanos livres viveram o mesmo trauma no contexto de Serra Leoa. “Os recapturados de Serra Leoa foram poupados da dura realidade da escravidão nas Américas, mas a grande mistura de africanos fez com que eles ainda tivessem que reconstruir identidades e comunidades em uma terra estranha, controlada pelos europeus” (NORTHRUP, 2006, p. 3). De acordo com Philip Curtin e Jan Vansina, a amostra aleatória de escravos capturados reflete também as origens nacionais da população de Serra Leoa no final da primeira metade do século XIX, como bem indica “a gama de origens nacionais para o comércio atlântico de escravos como um todo” (CURTIN & VANSINA, 1964, p. 186).

Samuel Ajayi Crowther foi uma dessas crianças imigradas forçosamente para Serra Leoa. Em uma carta de 1837, descreve seu processo de captura e todas as desaventuras por que passou até chegar à colônia.

Capturado no início do ano de 1821, em uma idade aproximada de nove anos, o futuro primeiro Bispo Anglicano da África Ocidental narra a triste cena de seu rapto e todo o doloroso processo de ser vendido inúmeras vezes até chegar ao comerciante português que o levaria como escravo através do atlântico. Em carta endereçada apenas a Rev. e Sr., sem especificar nomes, enviada a Church Missionary Society (CMS), o religioso passa todo o documento descrevendo com detalhes seu processo de captura e principalmente o de libertação pela marinha britânica. De acordo com a CMS, a carta escrita pelo missionário tem como objetivo apresentar à população os horrores do comércio de escravos. “Seus detalhes simples apresentam uma clara e afetada visão dos crimes e misérias desse comércio de homens, pelo qual a África está aflita e desmoralizada” (SCHÖN & CROWTHER, 1842, p. 371). Crowther, no início de sua carta, fala da tristeza da captura, mas afirma que a experiência no final se tornou abençoada.

A partir deste período eu devo ter encontrado a infelicidade – a qual agora eu aprendi, em outros aspectos, a chamar de dia abençoado, que eu nunca vou esquecer na minha vida. Eu chamo-o de dia *infeliz*, porque era o dia em que fui violentamente tirado da casa de meu pai, e separado de minha família; e em que eu fui obrigado a experimentar o que é chamado de escravidão – no que diz respeito a ser chamado de *abençoado*, pois foi o dia que a Providência marcou para me estabelecer em minha viagem na terra do paganismo, superstição, e vício, para um lugar onde o Seu Evangelho seja pregado. (SCHÖN & CROWTHER, 1842, p. 372).

A carta de Crowther reúne elementos claros de sua condição de Africano Livre. Ao identificar, logo no início, que a carta está sendo escrita para contar como ele chegou à colônia – lugar em que ele afirma se sentir feliz e ter o privilégio de servir a Deus – o religioso logo aponta seu lugar de origem, afirmando que é de Eyó. Em Serra Leoa, apesar de receberem o “rótulo” de africanos livres, durante algum tempo as nações de origem não eram completamente esquecidas, sendo adicionadas, quando de interesse para a administração, à identidade do recapturado. O trauma da captura mais o isolamento de sua comunidade e a alienação promovida pela nova ordem social geraram a formação de novas identidade nacionais não apenas por parte dos recapturados, mas, principalmente, pela administração da colônia e dos outros colonos. Os iorubás, em sua maioria, eram conhecidos como *Akoos*. Robert Clarke, cirurgião que viveu na colônia e que produziu artigos sobre os seus habitantes, afirma que, apesar de serem conhecidos como um grupo, os *Akoos* – palavra que significaria “*bow-d’ye-do*” – “Distinguem-se em tribos com os nomes dos distritos do país Yarriba a que pertencem” (CLARKE, 1863, p. 329,330).

A formação artificial de identidades promoveu uma divisão dos

assentamentos nos primeiros anos da colônia. As futuras vilas foram organizadas por diferentes grupos, derivados das distintas embarcações que eram julgadas em Freetown. Porém, como já ressaltado por Stephen, a preocupação com uma sistematização via grupos/nações não estava nos planos administrativos. Cabe ressaltar que a política de assentamento foi modificada durante todos os anos de chegada dos africanos livres, e cada governador propôs uma nova posição frente a este assunto. Apesar de a divisão das vilas não seguir por muito tempo essa divisão, a nova formação artificial de identidades continuou sendo utilizada para a identificação dos recapturados, não apenas por parte da administração colonial, mas também pelos outros grupos de colonos.

De acordo com Northrup, uma possibilidade para a formação desses novos grupos identitários se fez porque “em sua terra natal não havia nenhum nome comumente aceito para os vários dialetos ou para os seus falantes” (NORTHRUP, 2006, p. 5), fazendo com que pessoas com mesmo tronco linguístico fossem identificadas com um mesmo grupo. Entre os classificados como *Akoo*, Ajayi também promoveu modificações em sua identificação quando compilou posteriormente um dicionário e uma gramática do idioma. Também coletou elementos da história dos falantes, e os chamou de Iorubás, nome utilizado anteriormente para definir apenas um grupo mais ao norte.

A criação posterior de uma identidade pan-iorubá no exterior (sob este e outros nomes) e, em seguida, em sua pátria tem sido tão bem-sucedida que este mito nacionalista impede apreender que a identidade se tornou significativa em um momento histórico particular. (NORTHRUP, 2006, p. 5).

No conteúdo da carta enviada à CMS, é possível perceber que Ajayi está re-conceitualizando sua identidade africana em Serra Leoa, como também adicionando novos elementos culturais a ela. Ao contar sobre sua vida anterior à captura e sobre o processo de escravidão, o missionário, apesar de falar da tristeza de ser tirado de sua família e se considerar, portanto, um órfão, relaciona tudo o que foi vivido antes de sua cristianização a um passado obscuro. Ao reafirmar que, apesar do triste acontecimento de ter sido escravizado e retirado do seio de seus pais, o dia de seu rapto pode ser considerado abençoado por, em consequência disso, ter tido contato com a religião cristã e saído de uma terra de paganismo e superstição.

Apesar de a trajetória vivida por Samuel Ajayi Crowther não ser exatamente a mesma dos quase cem mil recapturados em todo o século XIX, entre eles homens, mulheres e crianças, o processo de “alienação natal” foi experienciado por todos eles. A alienação, consequência da retirada do indivíduo de sua comunidade, bem diluída entre os trabalhos de escravidão nas Américas, não foi experimentada apenas por aqueles

que atravessaram o atlântico, mas também pelos grupos de africanos livres que foram realocados em África. Ajayi salienta que o sentimento de não pertencimento cultural o acompanhou desde seu rapto, conseqüentemente, a chegada a Serra Leoa apenas consumou sua nova posição social. Para Benjamin Lawrance: “Alienação natal torna-se, assim, o mecanismo pelo qual o escravo se torna um morto social, aquele que é alienado de todos os ‘direitos’ ou reivindicações de nascimento” (LAWRANCE, 2013, p. 677).

A alienação cultural, como um isolamento genealógico, foi um mecanismo usado pelos senhores de escravos, mas também pela administração colonial em Serra Leoa e especialmente pelos missionários, através de uma relação baseada na autoridade e no controle de instrumentos simbólicos. Para a CMS, as levas de africanos livres significavam a real possibilidade de cristianização do continente africano. Com pouco sucesso entre os nativos, como os Sussu, os missionários enxergavam nos africanos livres a chance de êxito em suas campanhas missionárias. Com a pouca infraestrutura da colônia, foram fechados vários acordos com a CMS, resultando em mais poder de controle nas vilas, com o controle da administração e da educação, sendo os missionários a autoridade colonial nos assentamentos por distintos períodos. Portanto, como nas Américas, apesar de o número de recapturados ser muito maior do que o número de europeus, seu discurso, instituições e costumes dominavam o território.

As vilas de africanos livres eram consideradas verdadeiros experimentos para o processo de catequização. Com um número extenso de recapturados, a possibilidade de atingir uma quantidade ainda maior de pessoas ao formar novos cristãos de diferentes regiões fazia das vilas um terreno profícuo para a atividade missionária. O controle dos assentamentos e da cristianização de sua população não se fez apenas através do ensino religioso, mas também por meio de proibições de manifestações culturais e religiosas que não a atividade cristã. O medo de que novos recapturados pudessem trazer novamente “o estado de selvageria” entre os já cristianizados, como descrito por Harrison Rankin, em seu livro *The White Man’s Grave: a visit to Sierra Leone in 1834*, fazia com que a censura a qualquer atividade fosse pauta permanente da administração colonial e principalmente da CMS.

Desta forma, as vilas de africanos livres eram custeadas pelo governo, mas as despesas eram pagas por uma concessão especial especificada e votada anualmente no parlamento, sob o voto colonial. A primeira vila foi Leicester, sob a supervisão de Kenneth Macaulay, fundada em 1809, com uma distância de quatro quilômetros de Freetown, no Distrito de Mountain. Embora a lógica administrativa dessas vilas tenha sofrido diversas mudanças, passando por momentos de total controle da CMS e em outros com mais intervenção da administração colonial, Fyfe declara que o controle e a pouca liberdade de autogestão eram evidentes. “Eles

eram governados sumariamente, os indisciplinados, homens ou mulheres, açoitado publicamente” (FYFE, 1962, p. 115).

Isto posto, acredita-se que a alienação cultural seja parte do que Orlando Patterson (1982) descreveu como “morte social”, consequência da relação de poder vivida pelos capturados e seus mestres. Portanto, a morte social compreenderia três facetas: a violência física, a influência psicológica e a autoridade cultural. Para Northrup, a consequência da alienação e, por conseguinte, da “morte social” resultou, no contexto de Serra Leoa, na “creolização” e na “africanização” dos recapturados, e, embora a creolização estivesse proximamente conectada com africanização nos casos dos africanos livres, elas devem ser percebidas separadamente.

A creolização, que, para Northrup, teve início com os primeiros três grupos de colonos, é fortemente conectada ao processo de ocidentalização dos recapturados. Ele afirma que, com a pouca quantidade de europeus na colônia, os primeiros colonos foram essenciais neste processo. “Este ‘*creoles*’ ajudaram a reassentar os recaptivos recém-chegados em aldeias, ensinar-lhes inglês e convertê-los ao cristianismo” (NORTHROP, 2006, p. 6). Para o historiador, a grande diversidade de idiomas entre os recapturados fez com que o inglês fosse difundido como língua franca na colônia. A religião foi outro aspecto de mudança cultural, cujo trauma vivido, segundo Northrup, abriu possibilidade para a argumentação cristã de salvação.

Para Fyfe (1962), os traumas da escravidão e da realocação tornaram os recapturados mais receptivos à mensagem de salvação dos missionários, que, em sua maioria, contavam com a ajuda de *nova scotians* e *maroons* neste procedimento. Entretanto, essa conversão era inspirada pelas próprias bases das religiões que traziam. Northrup explica que em Serra Leoa o caminho da conversão geralmente envolvia “buscar e encontrar” a salvação através de sinais externos, como visões e convulsões, e não por intermédio de uma mensagem apenas. “Muitos africanos livres gravitaram para os metodistas, porque eles eram mais abertos do que os anglicanos aos apelos do espírito” (NORTHROP, 2006, p. 7).

As escolas missionárias, como destacado por Ajayi, “em seis meses após a minha chegada a Serra Leoa, eu era capaz de ler o Novo Testamento com algum grau de liberdade” (SCHÖN & CROWTHER, 1842, p. 372), foram importantes agentes de aculturação, principalmente entre os mais jovens. A vida escolar teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento colonial, sobretudo no sentido de prospecção financeira. Silke Strickrodt (2010), em seu estudo sobre as escolas missionárias para meninas, mostra a importância prática do ensino de corte e costura para as meninas da colônia, que produziram grande parte dos uniformes utilizados pelos alunos, resultando, assim, em uma queda dos gastos de manutenção escolar, principalmente no que concernia à importação de uniformes da Grã-Bretanha.

Entretanto, Fyfe (1962, p. 213) chama atenção que “A falta de escolaridade tornou-se um estigma moral: os europeus encontraram seus servos muito ocupados escrevendo para fazer o trabalho doméstico. Escolas transbordaram; crianças tiveram de ser afastadas; novas escolas foram abertas”. Robert Clarke, em seu relato sobre os africanos livres, afirma que os creoles, por ele identificado como os nascidos na colônia, não queriam frequentar as mesmas escolas que os Africanos Livres crianças. Para o cirurgião:

Esta distinção inspira as crianças *creoles* com ideias de sua própria superioridade, que eles descobrem em todas as ocasiões; e de tal forma é esse sentimento fomentado, que eu tenho ouvido muitas vezes o menino ou a menina *creoles* quando discutem com africanos livres crianças a chamá-los de *nigger*, que é a este último o mais infame de todos infames epítetos. (CLARKE, 1843, p. 33).

A situação descrita por Clarke nos leva a outro recurso identitário, ao qual os recapturados foram expostos: a africanização. Os Africanos Livres eram considerados pelos primeiros colonos e pela administração como nativos. Diante da lógica colonial, essa categorização os colocava em um patamar inferior em relação aos três primeiros grupos de colonos. De acordo com Fyfe (1964), as relações entre os nativos e os colonos (*nova scotian*, *maroons* e europeus) eram apenas de patrão e empregado, sendo o mesmo padrão que se encontrava entre os colonos e os Sherbros, Temmes, Mendes ou Sussus. Stephen (1963) alega que, ao conectar os recapturados aos nativos, a colônia se dividia em classes e, assim, a identidade daquele que nada tinha a ver com tal território era mais uma vez abafada. O recapturado era, portanto, identificado como africano, apenas uma peça em uma unidade entendida como comum. Northrup ressalta que:

Esse processo de africanização incluiu uma consciência muito maior de si mesmo como parte de uma comunidade pan africana e um sentido expandido ou inteiramente novo de si mesmos como membros de um distinto grupo “nacional” (NORTHRUP, 2006, p. 8).

Como já apontado, a criação e a utilização de identidades artificiais entre os recapturados foram o resultado da africanização sofrida, visto que, “A maioria das outras ‘nações’ africanas em Serra Leoa não tinha nem um idioma em comum, nem a unidade política em seus países de origem” (NORTHRUP, 2006, p.11). Assim sendo, para Northrup, as novas “nações” (as identidades artificiais) foram o produto de três forças interconectadas: a percepção daqueles de fora do grupo, principalmente os *nova Scotians*, *maroons* e europeus, que foram aqueles que os nomearam; a percepção dos recapturados (ou de grande parte deles), que aceitaram a

nova identidade em algum grau; e as políticas britânicas, que desenharam o reassentamento de praticamente cem mil recapturados do tráfico atlântico de escravos em Serra Leoa.

Destarte, o relato de Samuel Ajayi Crowther – um africano livre que chegou a Serra Leoa como Ajayi, se tornou Samuel Crowther após o batismo e quando se tornou bispo assumiu uma “nova identidade” – é válido não apenas por resgatar uma das poucas narrativas sobre os horrores psicológicos da escravidão e o processo de adaptação a uma nova realidade, como é mostrado ser o objetivo da carta, mas também para uma análise mais complexa do estado de alienação desses recapturados. O religioso descreve a sensação de ser um completo estranho perante os limites do idioma, religião e cultura. Limites estes que desenharam a nova identidade de Serra Leoa.

Portanto, como defendido por Griffins, a efemeridade do processo de identificação está atrelada às condições às quais os recapturados foram expostos. Além disso, como mencionado acima, este decurso não emudeceu os vestígios culturais e religiosos que os diversos recapturados trouxeram consigo. Desta maneira, a sobrevivência de tais vestígios está ligada à dinâmica da preservação, na qual se faz necessário ceder, em alguma medida, às novas regras para obter, em compensação, uma preservação do outro lado. “Para usar uma imagem bíblica que muitos recapturados de Serra Leoa teriam entendido, eles foram derramando o vinho velho em odres novos, assim como vinho novo em odres velhos” (NORTHRUP, 2006, p. 13).

Serra Leoa se constrói, assim, em uma combinação de creolização e africanização, aproveitando a porosidade da identidade africana livre. Como vimos, aquele que já foi “Negro Capturado” e, antes disso, foi escravo, não tem em Serra Leoa sua identidade completamente ignorada, mas tampouco ela lhe é ressaltada. A homogeneização de um grupo tão heterogêneo se fez com a consciência da lógica do controle e nas fragilidades abertas pela dita “morte social” daqueles indivíduos. Como destacado por Kenneth Macaulay, governador de Serra Leoa em 1826, “[...] Os negros capturados não são livres e independentes deles como os outros colonos o são” (Despachos da Secretaria de Estado, 11 de julho de 1826).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, R., BORUCKI, A., ELTIS, D. et al. “Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808-1862”. *History in Africa*, 2013, pp. 1-27.
- BETHELL, L. “The Mixed Commissions for the Suppression of the Transatlantic Slave Trade in the Nineteenth Century”. *The Journal of African History*, 7, 1, 1966, pp. 79-93.
- BURROUGHS, R. “Eyes on the Prize: Journeys in Slave Ships Taken as

- Prizes by the Royal Navy". *Slavery and Abolition*, Vol.31, 1, 2010, pp. 99-115.
- CLARKE, R. "Sketches of the Colony of Sierra Leone and its Inhabitants", *Transactions of the Ethnological Society of London*, 2, 1863, pp. 320-363.
- _____. *Sierra Leone. A description of the Manners and Customs of the Liberated Africans; with observations upon the Natural History of the Colony and a notice of the native tribes.*, London: James Ridgway, 1843.
- CURTIN, P, D. *The Image of Africa*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1973.
- CURTIN, P, D. & VANSINA, J. "Sources to the Nineteenth Century Atlantic Slave Trade", *The Journal of African History*, Vol.5, 2, 1964, pp. 185-208.
- ELTIS, D. & UGO NWOKEJI, G. "The Roots of African Diaspora: Methodological Considerations in the Analysis of Names in the Liberated African Registers of Sierra Leone and Havana". *History in Africa*, Vol. 29, 2002, pp. 365-379.
- ELTIS, D. "The Volume, Age/Sex Ratios, and African Impact of the Slave Trade: Some Refinements of Paul Lovejoy's Review of the Literature". *The Journal of African History*, Vol.1, 3, 1990, pp. 485-492.
- ELTIS, D. & ENGERMAN, S.L. "Fluctuations in Sex and Age Ratios in Transatlantic Slave Trade, 1663-1864". *The Economic History Review*, New Series, Vol.46, 2, 1993, pp.308-323.
- EHRENSAFT, Philip. "The Political Economy of Informal Empire in Pre-Colonial Nigeria, 1807-188". *Canadian Journal of African Studies*, VI, iii, 1972, pp. 451-490.
- FYFE, C. "Four Sierra Leone Recaptives". *The Journal of African History*, Vol.2, 1, 1961, pp.77-85
- _____. *A History of Sierra Leone*. London: Oxford University Press, 1962.
- _____. "Freed Slave Colonies in West Africa", Flint, John (ed.) *The Cambridge History of Africa*, Vol.V, Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- _____. "The Sierra Leone Press in the Nineteenth Century", *Sierra Leone Studies*, 08, June 1957.
- GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. "The Imperialism of Free Trade". *The Economic History Review* 6.1, 1953, pp. 1-15.
- GREEN, W. A. "The West Indies and British West African Policy in the Nineteenth Century – A corrective Comment". *Journal of African History*, xv, 2, 1974, pp. 247-259.
- GRIFFIN, P. *The People with no name*. New York: Princeton University Press, 2001.

- HAIR, P. E. H. "The Enslavement of Koelle's Informants". *The Journal of African History*, 6, 2, 1995, pp. 193-203.
- HAIR, P. E. H.. "An Analysis of the Register of Fourah Bay College, 1827-1950", *Sierra Leone Studies*, 07, December 1956.
- HELFMAN, T. "The Court of Vice Admiralty at Sierra Leone and the Abolition of the West African Slave Trade", *The Yale Law Journal*, 115, 2006, pp. 1122-1155.
- HOWARD, A. M. "Nineteenth-Century Coastal Slave Trading and the British Abolition Campaign in Sierra Leone". *Slavery and Abolition*, 27, 1, 2006, pp. 23-49.
- JONES, A. "New light on the liberated Africans and their origins: a list of Children named after benefactors, 1821-4". *Sierra Leone Studies at Birmingham 1998*, University of Birmingham, 1990, pp. 32-42.
- _____. "Recaptive Nations: Evidence Concerning the Demographic Impact of the Atlantic Slave Trade in the Early Nineteenth Century", *Slavery and Abolition*, 11, 1, 1990, pp. 42-57.
- KEENE, E. "A Case study of the Construction of International Hierarchy: British Treaty-Making against the Slave Trade in the Early Nineteenth Century". *International Organization*, vol.61, 2, 2007, pp. 311-339.
- KOELLE, S. W. *Polyglotta Africana: A Comparative vocabulary of nearly three hundred words and Phrases in more than one hundred distinct African Languages*. London: Church Missionary House, 1854.
- LOVEJOY, P. E. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOVEJOY, H. "The Registers of Liberated Africans of the Havana Slave Trade Commission: Transcription Methodology and Statistical Analysis", *African Economic History*, 38, 2010, pp. 107-135.
- MEYER-HEISELBERG, R. "Notes from Liberated African Department Extracts from sources on the Trans-Atlantic Slave Trade 1808-1860 from the Archives at Fourah Bay College, The University College of Sierra Leone, Freetown, Sierra Leone" *The Scandinavian Institute of African Studies*, Uppsala, 1967.
- MISEVICH, P. R. *On the Frontier of "Freedom:" Abolition and the Transformation of Atlantic Commerce in Southern Sierra Leone, 1790s to 1860s*. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Emory University in History, 2009.
- MURPHY, L. "Obstacles in the Way of Love: The Enslavement of Intimacy in Samuel Crowther and Ama Ata Aidoo". *Research in Africa Literatures*, Vol.40, 4, 2009, pp. 47-64.
- NORTHRUP, D. "Becoming African: Identity Formation among Liberated Africans in Nineteenth-Century Sierra Leone", *Slavery and*

- Abolition*, 27, 1, 2006, pp. 1-21.
- _____. “African Mortality in the Suppression of the Slave Trade: The Case of Bight of Biafra”, *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. IX, I, 1978, pp. 47-64.
- OMU, F. I. A. “The “New Era” and the Abortive Press Law of 1857”, *Sierra Leone Studies*, 23, July 1968.
- PATTERSON, O. *Slavery and Social Death*, Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- PETERSON, J. *Province of Freedom: A History of Sierra Leone 1787-1870*, London: Northwestern University Press, 1969.
- RANKIN, H. F. *The White Man’s Grave: a visit to Sierra Leone in 1834*. London: Richard Bentley, 1836.
- STEPHEN, D. A. V. *A history of the settlement of liberated Africans in the colony of Sierra Leone during the first half of the 19th century*. Durham thesis, Durham University, 1963.
- SCHWARZ, S. “Reconstructing the Life Histories of Liberated Africans: Sierra Leone in Early Nineteenth Century”, *History in Africa*, 39, 2012, pp. 175-207.
- _____. “Extending the African Names Database: New Evidence from Sierra Leone”, *African Economic History*, 38, 2010, pp. 137-163.
- _____. “‘Apostolick Warfare’: the Reverend Melvill Horne and the development of missions in the late eighteenth and early nineteenth centuries”, *Bulletin of the John Rylands University Library of Manchester*: 85, Part 1, 2003, pp. 65-94.
- _____. “Commerce, Civilization and Christianity: The Development of the Sierra Leone Company”, Richardson, D., Schwarz, S., and Tibbles, A. (eds.) *Liverpool and Transatlantic Slavery*, Liverpool: Liverpool University Press, 2010.
- STRICKRODT, S., “African Girls’ Samplers from Mission Schools in Sierra Leone (1820s to 1840s)” *History in Africa*, Vol.37, 2010, pp.189-245.

Recebido em: 15/07/2014

Aceito em: 15/08/2015